

BRASIL E MERCOSUL: ASPECTOS ECONÔMICOS E A RELEVÂNCIA DO BLOCO PARA O PAÍS

Jean Carlo Amann¹

Matheus Danton Weber Oppitz²

Valéria Koch Barbosa³

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é abordar a situação econômica do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a atuação do bloco em meio ao contexto econômico brasileiro. Questiona-se se ainda é imprescindível a participação do Brasil no grupo sul-americano, visto que, atualmente, o MERCOSUL encontra-se distante dos princípios que guiaram sua criação. Em seu desdobramento, o estudo compreende revisões de bibliografias envolvendo o tema da integração econômica regional, com análises voltadas à América Latina, com foco no MERCOSUL e sua relação com a economia brasileira. Quanto à metodologia, seguiu-se com pesquisa descritiva, em relação aos objetivos, e da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso, quanto aos procedimentos técnicos. Em relação aos resultados, avalia-se que a participação do Brasil no MERCOSUL, considerado unicamente o âmbito econômico, não se faz impreterível como outrora.

Palavras-chave: Integração econômica regional. MERCOSUL. Economia brasileira.

1 INTRODUÇÃO

A integração econômica regional trata-se de assunto relativamente recente no âmbito da economia e das relações internacionais. Este movimento, constituído pela união de diferentes países, visa a um melhor aproveitamento dos recursos

individuais de cada nação, bem como um aumento dos fluxos comerciais dentro da área integrada e o progresso da região, refletindo em melhorias na qualidade de vida de suas sociedades.

Particularmente no âmbito da América Latina, assistiu-se, desde a década de 1960, a formação de blocos econômicos com base nas escolas da CEPAL¹, órgão da ONU², promotor de estudos para o desenvolvimento regional latino-americano. Das diversas propostas desde então criadas, muitas já foram dissolvidas, porém o MERCOSUL³, estabelecido em março de 1991, permanece ainda em vigor.

Fundado em um período marcado pela intensa aproximação dos países em nível global, o MERCOSUL constitui-se em mais uma tentativa sul-americana de integração regional, sendo, atualmente, composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Em sua essência, o bloco foi originado pelo estreitamento das relações econômicas entre Argentina e Brasil, que à época negociavam acordos visando a facilitação de seus fluxos comerciais. Passados mais de vinte anos da formação do MERCOSUL, é verificado que o Brasil responde por parcela preponderante no produto agregado do grupo, e desponta como o principal ator regional em questões de desenvolvimento econômico internacional.

Neste sentido, o tema de pesquisa delimita-se em estudar o processo de integração econômica regional, com análises voltadas ao contexto do MERCOSUL e seus resultados à economia brasileira. Justifica-se a escolha do tema pelo atual debate levantado em torno do acordo. Frente ao potencial econômico brasileiro, discute-se a importância que o grupo ainda representa ao país, considerando as instabilidades entre seus membros e os diferentes rumos tomados pela proposta de integração.

Diante dessas breves exposições, constitui-se o problema central da pesquisa: unicamente através da perspectiva econômica, considera-se como imprescindível a permanência do Brasil no MERCOSUL? O questionamento surge em função de o país atribuir atenção cada vez menor ao comércio com o bloco, e também pelo fato de este, de certa maneira, limitar as estratégias de crescimento brasileiro pela via

¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

² Organização das Nações Unidas.

³ Mercado Comum do Sul.

comercial com outras regiões do mundo. As problemáticas particulares do MERCOSUL são também analisadas e pesam para que uma análise nesse sentido seja empreendida.

O objetivo geral do estudo, assim, é retratar aspectos da atual situação econômica do MERCOSUL e suas influências em meio ao contexto nacional. Definem-se, para tanto, os objetivos específicos de: a) pesquisar quanto às propostas de integração regional na América Latina; b) contextualizar a atual situação do MERCOSUL; c) identificar as evoluções de comércio brasileiro intra e extrabloco; d) investigar o posicionamento do Brasil frente ao grupo.

Julga-se que a pesquisa é significativa, aos meios sociais e acadêmicos, por abordar tema de destacada relevância do contexto brasileiro. Sendo o MERCOSUL o principal bloco econômico do qual o Brasil participa, e o mais importante projeto de desenvolvimento regional na América do Sul, o grupo traz implicações para diversas frentes nacionais, em que se destacam: a consolidação da política externa e diplomacia brasileiras, a expansão comercial ao longo do continente e o fortalecimento industrial, e a coordenação de políticas macroeconômicas junto dos demais países-membros. Adicionalmente, propõe-se com a pesquisa enriquecer a discussão teórico-acadêmica acerca do MERCOSUL e, mais estritamente, da efetiva participação brasileira no grupo.

A metodologia empregada segue a pesquisa descritiva, por meio dos procedimentos de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso. Para a construção dos temas que formam o trabalho, foram examinadas, principalmente, as abordagens de Almeida (2011a; 2011b), Barbosa (1993; 1995; 2007; 2008), Barral (2013), Baumann (2011), Maldaner (2010) e Ruffinelli (2013), além de extensivamente utilizados os dados do AliceWeb⁴ (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2013e), coordenados pelo MDIC⁵.

O artigo está dividido em sete seções, contando com esta introdução. Após, apresentam-se os procedimentos metodológicos aplicados. Em sequência, levantam-se questões relativas à integração econômica regional para,

⁴ Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet.

⁵ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

posteriormente, serem investigadas as tentativas de integração latino-americanas. Na quinta seção, o foco recai sobre o MERCOSUL; na sexta, apresentam-se os resultados e as análises da pesquisa. Por fim, na sétima seção, tecem-se as considerações finais.

2 METODOLOGIA

O artigo foi construído a partir de contribuições teóricas já publicadas sobre os temas discutidos, sem interferência direta pelos autores da pesquisa nos resultados verificados. Desta forma, por haver detalhamento em poucos e específicos objetos de análise, classifica-se o trabalho, em relação a seus objetivos, como uma pesquisa descritiva, e quanto a seus procedimentos técnicos, como uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No tocante à coleta de dados, empregou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, fonte secundária de coleta (GIL, 2007). Além de estudos já publicados sobre os temas discutidos terem servido de base para a obtenção de informações e conceitos, também foram extraídos dados do AliceWeb⁶, como valores exportados⁷ pelo Brasil para países selecionados.

Ressalta-se, visando uma melhor compreensão das análises, que, quando apresentados dados comerciais do Brasil com o MERCOSUL (em gráficos, tabelas, notas de rodapé ou no texto em si), são consideradas as exportações e importações brasileiras relacionadas à Venezuela unicamente após confirmada a participação do país no MERCOSUL; ou seja, os dados apresentados devem ser assim interpretados: de 1991 até agosto de 2013, o comércio do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai, e de setembro de 2013 em diante, o comércio do Brasil com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

⁶ Plataforma *online*, administrada pelo MDIC, que permite consultas estatísticas inerentes às exportações e importações brasileiras, a partir de bases de dados originadas do SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior).

⁷ Os valores expressos – em gráficos, tabelas, ou no próprio texto, bem como em notas de rodapé – são considerados no termo FOB (*free on board*), que considera, unicamente, os preços dos bens vendidos ao exterior, não acrescidos de custos, como fretes ou seguros.

Finalmente, destaca-se a que interpretação dos dados segue a forma qualitativa, porém com base em elementos quantitativos, representados por gráficos e tabelas constantes ao longo do estudo. Consoante Prodanov e Freitas (2013), na abordagem qualitativa, os dados são analisados de maneira intuitiva pelos pesquisadores, através de formas descritivas, mesmo que sejam considerados dados estatísticos ao longo da pesquisa. Relatados os aspectos metodológicos do estudo, em sequência, analisa-se o fenômeno da integração econômica regional.

3 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Descrita como uma matéria recente no âmbito das relações internacionais, a integração econômica regional entre diferentes países passou a tomar forma, mesmo que de maneira branda, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao versarem sobre o assunto, Menezes e Penna Filho (2006) argumentam:

Integração econômica regional é filha da globalização, é um fato da realidade mundial do momento. É um acontecimento que se reflete nas relações internacionais dos países. [...] Povos que vivem em uma mesma região tendem a integrar suas economias e, a partir daí, buscam um entendimento maior em suas relações externas diretas e também com os de fora da área integrada. É um passo enorme e diferente nas relações internacionais.

Por ser um evento baseado no fenômeno da globalização⁸, como defendem Thorstensen (1992) e Carbaugh (2004), a integração econômica entre diferentes países intensificou-se com a chegada da década de 1990, que propiciou um novo período à comunidade mundial. Tendo em vista a aproximação e interdependência dos mercados, os mesmos autores acrescentam que, isoladamente, as nações não teriam força necessária para atuar em meio às negociações multilaterais, sendo

⁸ Opostamente a esse conceito, Cervo (2008) considera a globalização, e a integração regional, duas tendências opostas. A primeira tendência, segundo Cervo (2008), estrutura-se e ideologiza-se na corrente capitalista, servindo como um instrumento que acaba por aumentar ainda mais as desigualdades sociais entre os diferentes povos. A segunda força, como apresenta Moreira (2010), atua como ferramenta de defesa do próprio processo de globalização, uma vez que é objetivada a ênfase e força no regionalismo, e o consequente desenvolvimento de apenas uma parcela de países, e não da economia mundial como um todo.

esse um fator que, dentre outros, originou integrações econômicas mais sólidas a partir do referenciado período.

Não há como negar a realidade e o avanço dos processos regionais ou sub-regionais de liberalização comercial e integração econômica, nem a sua decisiva contribuição para uma maior consistência e para o peso relativo de economias que, individualmente consideradas, não lograriam tal evolução (BARBOSA, 1995, p. 2).

Os processos de integração econômica – fundamentalmente, exceções à cláusula da nação mais favorecida, regradas pelo Artigo XXIV do GATT⁹, que no ano de 1995 foi substituído pela OMC¹⁰, (THORSTENSEN *apud* AMARAL JÚNIOR, 2002) –, de acordo com Balassa (1964), são entendidos a partir do momento em que países, juntos em uma aliança para o fortalecimento de suas relações, eliminam¹¹ discriminações entre si, como barreiras econômicas ou à circulação de fatores produtivos dentro da união estabelecida.

Para Batista (1994), os movimentos de aglomeração implicam em certas motivações e características comuns, como a necessidade de crescimento das economias envolvidas, o aumento intrabloco de comércio e desenvolvimento, e a complementação e redistribuição territorial dos fatores de produção entre as nações agrupadas. Sobre os fatores de produção, Baumann (2011) acrescenta que conceder benefícios nas trocas comerciais com um grupo de países pressupõe ganhos à medida que essa relação se aprofunda e que, no caso de países não industrializados, estes ganhos estão ligados com o estímulo ao desenvolvimento econômico e social. Por essa abordagem, os processos de integração são vistos como instrumento de auxílio no processo de desenvolvimento destes grupos.

Os desejos integracionistas, consoante Caparroz (2012), são manifestados através de tratados internacionais, que estabelecem competências e procedimentos para que os objetivos do grupo sejam alcançados, sendo pautados, geralmente, por

⁹ *General Agreement on Tariffs and Trade*.

¹⁰ Organização Mundial do Comércio.

¹¹ Salienta-se que as teorias de Balassa (1964) não consideram como processo de integração as medidas que visem a reduzir discriminações comerciais entre países. Para o referido autor, a integração econômica ocorre somente quando as economias envolvidas abolirem qualquer tipo de discriminação em suas trocas comerciais.

prazos para o alcance de metas e determinações diversas. Neste sentido de unificação, nota-se a existência de etapas, ou escalas gradativas, que determinam o *status* de certa aliança¹².

Seguindo as lições de Balassa (1964), Carbaugh (2004) e Menezes e Penna Filho (2006), as integrações podem ser definidas e escalonadas em áreas de livre-comércio (que pressupõem a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio intragrupo, sendo que cada membro do bloco mantém restrições¹³ próprias ao fluxo comercial de países não sócios do agrupamento), uniões aduaneiras (idênticas ao estágio anterior, porém com iguais restrições ao comércio externo do grupo para todos os países-membros do bloco), mercados comuns (os quais implicam, além das características da fase precedente, a livre movimentação de serviços e fatores produtivos internos), uniões econômicas (que reúnem todos os aspectos dos mercados comuns, acrescidas de harmonizações, entre os países membros, de políticas sociais, fiscais e monetárias) e, também, integrações econômicas completas (caracterizando-se como o mais elevado formato de união econômica regional, prevendo, adicionalmente aos fatores já citados, a criação de um órgão supranacional que atue como entidade superior e comum aos países associados).

Deduz-se, então, que cada estágio de integração pressupõe um maior grau de alinhamento político-econômico entre as nações envolvidas que a sua fase imediata anterior. Porém, como destaca Caparroz (2012), uma tentativa de agrupamento não necessariamente seguirá qualquer ordem lógica, visto não haver critérios impeditivos à formação de um bloco já como um mercado comum, ou uma união econômica – decisão em consonância com os interesses locais e as relações intragrupo. Tecidos os comentários conceituais sobre o processo de integração econômica regional, estreita-se o tema aos cenários latino-americanos.

¹² Convém examinar que a literatura, ao abordar as etapas de integração econômica, é diversa e não conforme, pois certos autores acabam por enumerar ainda outras formas de aglutinação, variando em denominações ou graus de detalhamento de um ou outro estágio de associação.

¹³ A exemplo de tarifas aduaneiras à importação.

4 CENÁRIOS DE INTEGRAÇÕES ECONÔMICAS LATINO-AMERICANAS

As tentativas integracionistas, no âmbito da América Latina, datam do início da década de 1960. Como demonstrado por Braga (2002), nas intenções de promoção regional da economia latino-americana, é marcante a influência¹⁴ dos estudos e dos pensamentos da CEPAL, comissão fundada em 1948, estabelecida no Chile (Santiago).

Os esquemas latino-americanos de integração foram iniciados com a criação da ALALC¹⁵ (em fevereiro de 1960, pelo Tratado de Montevideu) e do MCCA¹⁶ (em dezembro de 1960, através do Tratado Geral de Integração na América Central), sendo o primeiro bloco composto, originalmente, por Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguai, com a inclusão secundária de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, e o segundo, por Guatemala, El Salvador e Nicarágua, com posterior adesão de Honduras e Costa Rica (FERRERES, 2012).

Como demonstrado por Braga (2002) e Caparroz (2012), ambos os blocos seguiam as predições “cepalinas” e objetivavam, em suma, a ampliação e a sofisticação dos mercados através das uniões. Segundo os mesmos autores, a ALALC e o MCCA deveriam, dentre outros objetivos, estimular as negociações intragrupos pela eliminação de barreiras ao comércio e possibilitar maior industrialização aos países envolvidos, os quais, isolados, investiam mais fortemente na produção de bens primários.

Diante de propostas ambiciosas para a época e de conflitos diversos, os processos pioneiros de integração da América Latina, mesmo que tenham possibilitado certo incremento comercial à região logo após serem efetivados, não prosperam (BARBOSA, 1993). Menezes e Pena Filho (2006), paralelamente, retratam que os principais motivos para o insucesso da ALALC e do MCCA foram a não complementaridade das economias, a instabilidade política enraizada nas zonas e a ausência de infraestrutura adequada às negociações locais, além do não

¹⁴ Segundo Caparroz (2012, p. 265), “o projeto da ALALC foi fortemente influenciado pelas ideias de Raúl Prebisch e pela CEPAL, que reconheciam a necessidade de integração em nível regional, com o fortalecimento das indústrias locais e uma política de substituição de importações”.

¹⁵ Associação Latino-Americana de Livre-Comércio.

¹⁶ Mercado Comum Centro Americano.

cumprimento de acordos firmados, de disputas protecionistas e desentendimentos político-econômicos entre determinadas nações de ambos os blocos.

Frente à insatisfação de parte dos países aglomerados, outros esforços de integração foram empreendidos, com fins próximos das primeiras experiências latinas. De acordo com Teixeira e Desiderá Neto (2012), como exemplos dos principais movimentos surgidos após a ALALC e o MCCA, destacam-se as criações da Comunidade Andina (em maio de 1969), da CARICOM¹⁷ (em julho de 1973) e da ALADI¹⁸ (em agosto de 1980), esta concebida como uma substituição da ALALC, mas com larga flexibilização a seus integrantes na observância de compromissos e tratativas para o avanço regional.

No entanto, como ponderam Menezes e Penna Filho (2006), Paiva e Braga (2007) e Teixeira e Desiderá Neto (2012), as iniciativas após as concepções da ALALC e do MCCA acabaram, também, não atingindo os êxitos esperados, devido aos modelos nas quais estavam embasadas, às dificuldades estruturais dos países latino-americanos e, ainda, às diversas crises econômicas surgidas a partir da década de 1970 que afetaram a região.

Como forma de continuar o processo integracionista, pelo final da década de 1980 foram percebidas mudanças nas concepções da CEPAL, que passaram a se embasar em um regionalismo aberto¹⁹, visando a liberalização comercial²⁰ de novos acordos, e de seus países-membros, em face dos rumos de globalização da economia mundial (BRAGA, 2002). Deste modo, a integração econômica, na esfera sul-americana, acompanhou uma nova tentativa de desenvolvimento: a criação do MERCOSUL²¹.

¹⁷ *Caribbean Community*.

¹⁸ Associação Latino-Americana de Integração.

¹⁹ O regionalismo aberto, segundo Aguiar “propõe uma liberalização ampla de mercado entre setores e países, objetivando reduzir os custos econômicos e a incerteza derivada de acordos contraditórios” (2003, p. 24). Em suma, esse modelo de desenvolvimento dispõe-se a aumentar o comércio não apenas em nível intrarregional, mas também com terceiros países, externos à América Latina (PAIVA; BRAGA, 2007).

²⁰ Cano (2002) critica o modelo adotado pelos países sul-americanos para liberalização comercial. Segundo o autor, quanto mais os países crescem, maiores são os gastos com a importações de produtos e serviços, o que causa uma saturação no déficit externo, fazendo com que as economias tenham que estagnar estas importações para recuperar seus equilíbrios cambiais.

²¹ Mercado Comum do Sul.

5 MERCOSUL: CONTEXTUALIZAÇÃO E ATUAL FASE

A trajetória do MERCOSUL remonta ainda à década de 1980, anos antes da assinatura do Tratado de Assunção, que constitui a formação do grupo. Mesmo com um quadro de instabilidade das condições macroeconômicas sul americanas ao longo da década de 1980, Almeida (2011a) relata quanto à necessidade e disposição em ser aprofundado o processo de integração econômica na América do Sul, norteado, principalmente, por Brasil e Argentina.

Em 1985, os presidentes argentino (Raúl Alfonsín) e brasileiro (José Sarney) (ambos democraticamente eleitos²²), formalmente iniciaram um novo processo de integração no continente, através da Declaração de Iguazu. Segundo Barbosa (1993), essa declaração buscava ampliar as complementaridades econômicas entre os dois países, que já tratavam-se, à época, os principais centros produtivos da América do Sul.

Sucedendo a Declaração de Iguazu, mediante a aproximação comercial argentina e brasileira e a criação de acordos complementares à integração regional, em março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado de Assunção. O Tratado de Assunção, que origina o MERCOSUL, é claro ao indicar que o novo projeto busca ampliar as dimensões de seus mercados nacionais através da união entre seus membros, a qual se materializa como peça fundamental para serem acelerados os processos de desenvolvimento econômico regional (MERCOSUL, 1991).

Quanto aos objetivos do grupo, atualmente classificado como uma união aduaneira, mesmo que imperfeita (BAUMANN, 2011), Barbosa (1995) e Niebuhr (*apud* FRANCESCHINI; BARRAL, 2001) detalham o que é visado: livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre as economias agrupadas, criação de uma tarifa externa comum (TEC) em relação a nações externas e harmonização das

²² Baumann (2011) frisa que o processo de união dos países do MERCOSUL ocorre simultaneamente à redemocratização destas sociedades, evitando, assim, nos anos que se correram, tentativas de golpes de estado entre outros incidentes políticos regionais. O autor acrescenta, ainda, que se por um lado a junção em um bloco econômico trouxe benefícios à democracia destes países, por outro, as complicações políticas entre os mesmos ainda hoje são um atraso nas decisões macroeconômicas do grupo.

políticas setoriais e macroeconômicas, bem como legislações federais dos países-membros.

Para o cumprimento das metas iniciais, um prazo de quatro anos após a assinatura do Tratado de Assunção foi acordado entre seus signatários. Entretanto, como comentado por Barbosa (2008), esse limite se mostrou insensato e insuficiente perante a organização interna do bloco, visto que, dos objetivos inicialmente pactuados, em tal período, somente foi alcançada a instituição da TEC ao comércio extragrupo – apesar da constante adoção, pelas partes, de exceções à tarifa comum (VAILLANT, 2011; CAPARROZ, 2012). Ainda que as negociações intrarregionais tenham apresentado desempenho satisfatório ao longo de sua existência, principalmente quando do início da proposta, o MERCOSUL depara-se distante de lograr seus fundamentos iniciais.

Apesar de significativos, os avanços comerciais sofrem com a falta de consenso sobre o projeto de desenvolvimento regional. [...] A verdade é que um projeto de integração exige consenso sobre temas como intervenção, velocidade de liberalização e consolidação institucional. [...] Aliado a isso, nos últimos anos o projeto de integração tornou-se ainda mais complexo - e distante - com o surgimento de novas barreiras comerciais e as consequentes retaliações (BARRAL, 2013, p. 5).

Neste sentido, acrescenta, Barbosa (2008), a falta de consenso no MERCOSUL e os resultados comerciais insatisfatórios para Paraguai e Uruguai desencadearam uma crescente frustração deste países, que já demonstram intenção de flexibilizar as normas para poderem negociar acordos comerciais paralelamente ao bloco.

Relativamente à sua estrutura, como identificam Diz (2012) e Ruffinelli (2013), em 2012 a formação original do grupo foi desmantelada, dada a admissão da

Venezuela²³ como integrante pleno da integração, junto da suspensão temporária aplicada ao Paraguai, observado o *impeachment*²⁴ do presidente deste país.

Apesar do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, segundo Ruffinelli (2013), ter ocorrido em descumprimento às normas expressas do grupo, Cano (2002) e Cervo (2008) avaliam como positiva a inclusão do país no bloco.

Segundo Cervo (2008), a entrada da Venezuela aprimora o bloco como força política, na sua essência econômica e nas oportunidades comerciais, gerando assim uma evolução na integração. Cano (2002), por sua vez, complementa afirmando que com a entrada da Venezuela no MERCOSUL a relação comercial Brasil-Venezuela pode se expandir, devido ao novo membro ser forte importador de manufaturados, o que pode afetar de maneira favorável a indústria brasileira. Com o ingresso de seu mais novo membro, o MERCOSUL passa a representar em torno de 83% do PIB (produto interno bruto) da América do Sul, compreendendo, assim, cerca de 70% da população da região (BRASIL, 2013).

Além de possuir certos acordos que projetam a adesão de outras nações ao bloco, como Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (MENEZES; PENNA FILHO, 2006), o grupo conta, ainda, com propostas comerciais extra-regionais. Barral (2013), ao expor o tema, relata a existência de tratados para livre-comércio com Israel (válido desde 2010), Egito e Palestina (ambos pendentes de ratificação), além de acordos de preferências tarifárias com Índia (em vigor desde 2009) e SAKU²⁵, proposta também pendente de ratificação. Além dos atuais esforços de integração, o MERCOSUL busca consolidar uma parceria com a União Europeia (UE), mas que, segundo Kegel e Amal (2013), encontra-se em morosa negociação.

Quanto ao ingresso de membros do MERCOSUL em outras integrações econômicas, como através da celebração de tratados bilaterais de livre-comércio

²³ Assim avaliado por Ruffinelli (2013, p. 19): “[...] a aprovação do ingresso da Venezuela ocorreu em violação a decisões expressas do Mercosul, que impõem condições a ‘qualquer país’ que deseje ingressar no bloco. Embora não tenha cumprido até hoje tais condições e apesar de pender a aprovação do Parlamento do Paraguai para que seja definitivamente incorporada, a Venezuela foi admitida como membro pleno”.

²⁴ Diz (2012, p. 6), ao tratar do tema, complementa: “[...] a suspensão temporária teria como fundamento o desrespeito ao regime democrático que deveria imperar na região e que é considerado condição para a entrada e permanência no bloco”.

²⁵ *Southern African Customs Union*, composto por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

(FTA²⁶), ressalta-se a existência de limitadores a tais fins: para que um integrante do grupo possa concretizar uma aliança comercial com outra nação, são necessárias a aceitação e a participação conjunta do bloco, o que, para Maldaner (2010) e Baumann (2011), configura-se como uma restrição ao desenvolvimento econômico dos países, pois condiciona-os a decisões e vontades de terceiros.

Congregando em sua estrutura cinco diferentes países, mesmo que limítrofes uns aos outros, o MERCOSUL enfrenta certas assimetrias econômicas entre seus afiliados. Consoante Manzetti (1993-1994) e Maldaner (2010) são consideráveis as divergências entre os membros, como os diferentes tamanhos de mercados consumidores e os níveis de PIB de cada nação, assim como os destoantes estágios de industrialização das nações. Manzetti (1993-1994) e Barbosa (1995), há duas décadas, ponderavam que as distintas políticas macroeconômicas dentro do MERCOSUL eram também pontos assimétricos à integração – algo que, segundo Ruffinelli (2013), ainda permanece atual.

Apesar de as integrações econômicas serem fundamentadas na eliminação de barreiras ao comércio de seus países, assim como no movimento intrabloco de fatores produtivos, como sugere Balassa (1964), o MERCOSUL, mesmo com vinte anos de existência, apresenta situações conflitantes nesse quesito. Barral (2013), ao relatar a respeito, comenta sobre a intensificação, nos últimos anos, de medidas protecionistas entre os integrantes do grupo²⁷, principalmente entre Argentina e Brasil, em áreas como a indústria têxtil, a papelreira, a de metais e a de insumos para construção. O mesmo autor pondera, ainda, que as práticas protecionistas não somente atrapalham o comércio intrabloco, como também afugentam investimentos e afetam negativamente as relações entre as nações em decorrência dos entraves que causam aos negócios e das retaliações comerciais adotadas.

Abordados os aspectos da integração econômica na América Latina, com foco no MERCOSUL, o estudo tem continuidade com os métodos de pesquisa aplicados à concepção do artigo.

²⁶ *Free trade agreements.*

²⁷ Entre os membros do grupo, em 2010, relata Barral (2013), eram apontadas 62 medidas de proteção ao comércio, seguindo dados do *Global Trade Alert*.

6 RESULTADOS E ANÁLISE

Apesar de ter alcançado duas décadas de existência, o MERCOSUL segue com a missão de atingir seus objetivos iniciais e transformar-se, de fato, em uma zona econômica integrada na América do Sul. Como indicam Almeida (2011a, 2011b) e Ferreres (2012), as metas iniciais do MERCOSUL ainda se encontram distantes de serem cumpridas, uma vez que os membros do bloco acabaram por se distanciar dos planos primordialmente comerciais e econômicos que permeavam a proposta de integração.

O grupo também divide opiniões, pois, se de um lado considera-se que o bloco foi responsável por evitar desacordos na região sul-americana, notadamente entre Argentina e Brasil, e servir como um instrumento para potencializar economicamente os países menores da proposta (Paraguai e Uruguai), também se constata a percepção do MERCOSUL como uma tentativa fracassada de cooperação econômica em consequência de divergências políticas e comerciais intrazona, de dificuldades em promover a prosperidade regional e de conflitos de interesses entre seus integrantes (BARRAL, 2013). Aparte dos esforços em argumentar a validade do MERCOSUL como um bloco econômico, ou dos apontamentos indicando seu malogro, em sequência são evidenciadas análises que abordam o contexto brasileiro em relação ao grupo e seu conjunto de países.

Em um contexto sul-americano, é notável a influência econômica e política exercida pela economia brasileira. Conforme apontado por Barbosa (1993) e Maldaner (2010), a concepção do próprio MERCOSUL teve como ponto de partida as intenções de aproximação entre Brasil e Argentina, quando ambos os países iniciaram tratativas ao desenvolvimento regional através do PICE²⁸, o qual visava, dentre outros objetivos, a promoção do comércio e a complementação econômica das duas nações.

Paralelamente à decisão de maior cooperação com a Argentina, fato que, em anos seguintes, acabou por resultar na formação do MERCOSUL (RUFFINELLI, 2013), o Brasil, durante o período transitório entre as décadas de 1980 e 1990, viu-

²⁸ Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina.

se obrigado a repensar suas diretrizes de política externa e de comércio internacional. Frente ao irrefutável movimento de globalização das economias, que envolvia a liberalização comercial, o avanço do regionalismo e a interdependência econômica dos fatores de produção, a participação brasileira em um bloco econômico se mostrava imprescindível (THORSTENSEN; PEREIRA, 1992; BARBOSA, 1995).

O Brasil, com a formação do MERCOSUL, objetivava o aprofundamento das relações regionais e, conseqüentemente, os fatores que esse movimento poderia trazer ao país, a exemplo do incremento comercial intragrupo (NIEBUHR *apud* FRANCESCHINI; BARRAL, 2001). Nesse sentido, Maldaner (2010) e Barral (2013) retratam os positivos números alcançados pelo grupo no que se refere aos fluxos de comércio intrabloco, notadamente quando iniciado o projeto, argumento este também exposto por Batista (1994) e Barbosa (1995). Em uma análise brasileira, notam-se, na Tabela 01, as evoluções de exportações e importações feitas pelo país com os demais parceiros da integração.

Tabela 01 - Exportações e importações brasileiras junto ao MERCOSUL em anos selecionados

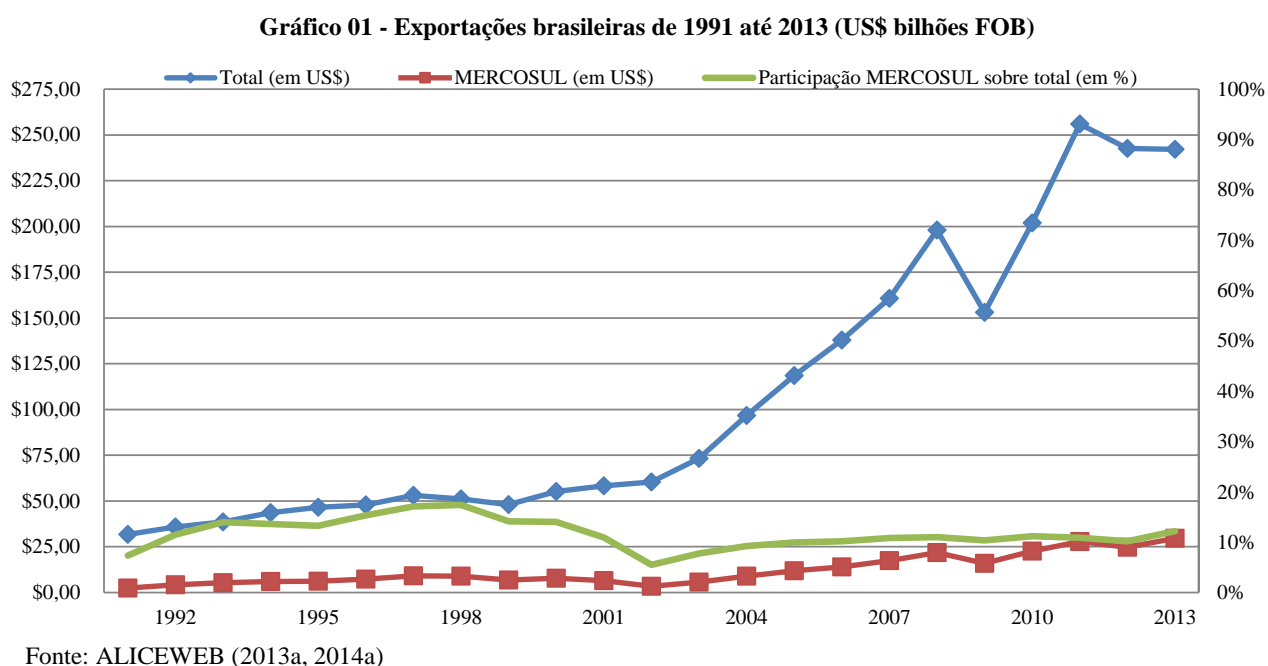
| Tipo de comércio | 1992 | 1995 | 1998 | 2001 | 2004 | 2007 | 2010 | 2013 |
|------------------|------|---------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|
| Exportação | ND | 50,18% | 44,27% | -28,20% | 40,17% | 94,22% | 30,24% | 30,67% |
| Importação | ND | 207,10% | 37,58% | -25,56% | -8,83% | 81,91% | 42,97% | 23,04% |

Fonte: ALICEWEB (2013a, 2013b, 2014a, 2014b)

Como se percebe através da Tabela 01, que demonstra as evoluções em um intervalo de três em três anos, considerando para formação do número percentual o ano imediato anterior demonstrado na própria tabela, o incremento comercial brasileiro com o MERCOSUL teve resultados positivos, sobretudo, nos primeiros anos da proposta. Em termos gerais, a avaliação de comércio, no âmbito Brasil-MERCOSUL, apresentou crescimento em torno de 1.178,85% em valores

exportados²⁹ e, aproximadamente, 811,85% em valores importados³⁰, observadas as relações 1991-2013.

Analisados de maneira singular, os números das transações nacionais com o MERCOSUL revelam-se crescentes com o passar dos anos, contudo, quando comparados aos totais gerais exportados pelo Brasil, tais dados não se evidenciam de grande representatividade. Pelo Gráfico 01, são conferidos os valores das exportações brasileiras desde a criação do grupo.



Verifica-se, através do Gráfico 01, que a representatividade de vendas brasileiras aos integrantes do MERCOSUL, quando se analisam os totais de vendas nacionais ao exterior, seguiu em crescente ascensão até o ano de 1998, quando

²⁹ De US\$2,3093 bilhões para US\$29,5333 bilhões (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a). Avaliando-se os anos indicados na Tabela 01, unicamente pelas exportações brasileiras aos três países formadores do MERCOSUL, a mesma relação de crescimento seria da ordem de 968,85% - aumento nas exportações de US\$2,3093 bilhões para US\$24,6834 bilhões (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a).

³⁰ De US\$2,2427 bilhões para US\$20,4502 bilhões (ALICEWEB, 2013b; ALICEWEB, 2014b). Analisando-se os anos indicados na Tabela 01, unicamente pelas importações brasileiras dos três países formadores do MERCOSUL, a mesma relação de crescimento seria da ordem de 759,21% - aumento nas importações de US\$2,2426 bilhões para US\$19,2695 bilhões (ALICEWEB, 2013b; ALICEWEB, 2014b).

atingiu o pico de aproximadamente 17,36% em participação relativa ao total exportado pelo país. E em uma comparação entre os anos de 1991 e 1998, percebe-se que o fluxo de exportações brasileiras destinadas aos membros do grupo cresceu em torno de 284,45%³¹, ao passo que as exportações totais do Brasil, observado o mesmo intervalo de tempo, aumentaram cerca de 61,73%³² em termos relativos.

Como aponta Baumann (2011), o período compreendido entre 1991 e 1998 representou o auge de comércio intrabloco pelo MERCOSUL, com expressiva participação brasileira nas transações regionais. Segundo o mesmo autor, entretanto, nos anos subsequentes, o que se observou foi uma intensa retração nas correntes de comércio da integração. Posteriormente ao período indicado como auge das transações intrazona e também da relação de exportações Brasil-MERCOSUL frente à relação Brasil-Mundo, crises locais e externas ao bloco acabaram por afetar consideravelmente os fluxos comerciais do grupo (MENEZES; PENA FILHO, 2006).

Vigevani *et al.* (2008) e Almeida (2011b), ao tratarem sobre as crises que impactaram negativamente o MERCOSUL, referem às ocorridas no México (1994-1995), na Ásia e na Rússia (1997-1998). Ainda, os mesmos autores abordam que crises locais foram igualmente negativas ao crescimento do MERCOSUL, como a brasileira, de 1999, e a argentina, 2001. Esses acontecimentos, segundo Almeida (2011b, p. 145), “impactaram significativamente os países do MERCOSUL e o próprio processo de integração, pelos diferentes canais de propagação nos planos monetário, financeiro, comercial e até político”.

Sendo possível constatar, ainda pelo Gráfico 01, o comércio brasileiro com o MERCOSUL, após 1998, passou a apresentar sinais de retração. Em 2002, a representatividade de vendas intrabloco aproximou-se de 5,49%³³ ante o total exportado pelo país, sendo esse o ano de menor relevância em transações econômicas, considerada a relação Brasil-MERCOSUL perante Brasil-Mundo.

³¹ De US\$2,3093 bilhões para US\$8,8782 bilhões (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a).

³² De US\$31,6204 bilhões para US\$51,1398 bilhões (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a).

³³ Nesse ano, enquanto as exportações Brasil-Mundo atingiram US\$60,44 bilhões, as exportações Brasil-MERCOSUL somaram US\$3,32 bilhões (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a).

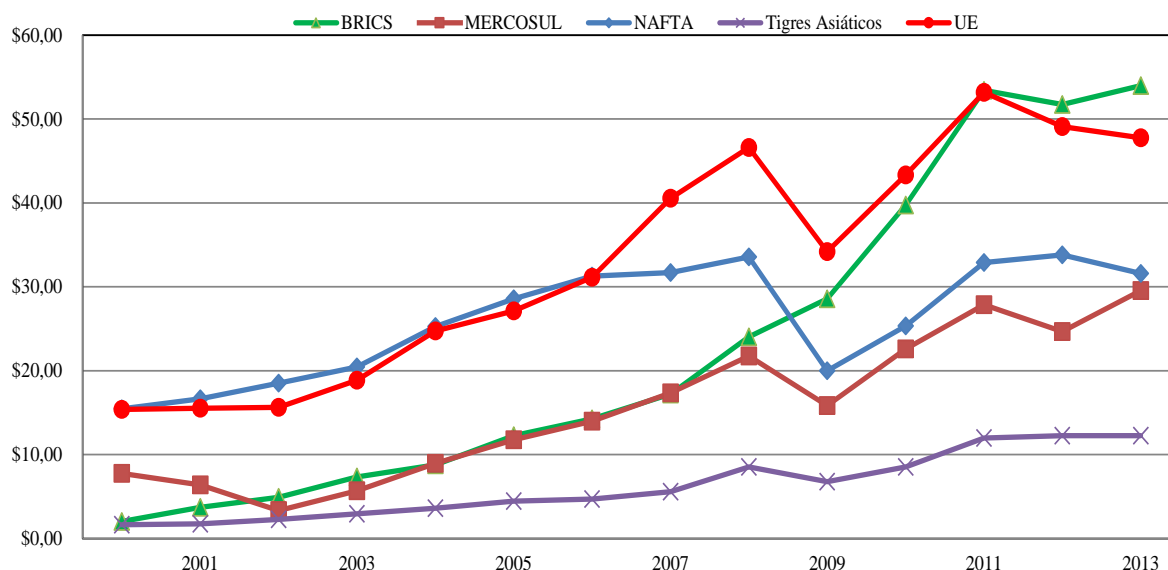
Em termos absolutos, as exportações brasileiras aos demais membros do MERCOSUL têm se mostrado crescente, com retomada significativa após o ano de 2002. Posteriormente a esse ano, a corrente de comércio Brasil-MERCOSUL aumentou em mais de 419,56%, correspondendo a um acréscimo em torno de US\$23,8490 bilhões (de US\$5,6843 bilhões em 2003 para US\$29,5333 bilhões em 2013) (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a). Entretanto, quando comparadas as exportações brasileiras ao MERCOSUL com as exportações totais, após 2002 a representatividade de comércio intrabloco frente ao comércio geral permaneceu estagnada, variando, entre 2003 e 2013, de 7,77% a 12,19% (ALICEWEB, 2013a; ALICEWEB, 2014a).

De acordo com Maldaner (2010), o fato dos fluxos comerciais brasileiros com o MERCOSUL ter se elevado, mas não terem representado em maior representatividade sobre o total das exportações nacionais, deve-se ao Brasil ter diversificado e ampliado seus mercados consumidores ao longo da década de 2000, atuando mais ativamente em um cenário global, ao invés de regional, com foco na América do Sul. Como reforçado por Almeida (2011a), a relativa perda de importância do MERCOSUL para a economia brasileira pode tratar-se de uma tendência irrevogável, uma vez que as estratégias de desenvolvimento empresarial se expandem para negócios além da região sul-americana.

Em outra análise, ao se comparar os dados de exportações nacionais com blocos econômicos selecionados, ou mesmo com conjuntos específicos de países, percebe-se que a relação Brasil-MERCOSUL se encontra em posição menos relevante quando comparada com outros destinos. Através do Gráfico 02, são verificados os fluxos de vendas brasileiras para destinos selecionados³⁴.

³⁴ Sendo: BRICS (*Brasil, Russia, India, China, South Africa*) – o comércio com África do Sul, China, Índia e Rússia; MERCOSUL – o comércio com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela (após confirmada a participação do país no grupo); NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) – o comércio com Canadá, Estados Unidos e México; Tigres Asiáticos – o comércio com Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan; e UE (União Europeia) – o comércio com Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia (ALICEWEB, 2014c).

Gráfico 02 - Exportações brasileiras para países selecionados de 2000 a 2013 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: ALICEWEB (2014a)

Na série abordada através do Gráfico 02, constata-se que o comércio brasileiro com o MERCOSUL apresentou notória relevância, quando comparado às demais análises, no início da década de 2000, à época estando à frente da corrente comercial com o BRICS e com os Tigres Asiáticos. Em relação ao ano de 2000, conforme o mesmo gráfico, é percebida uma diferença de comércio na relação Brasil-NAFTA e Brasil-MERCOSUL, bem como Brasil-UE e Brasil-MERCOSUL, próxima de 100,00%³⁵, considerando os valores exportados para cada grupo de países – situação que em um par de anos se modifica de maneira acentuada, ocasionando forte queda na representatividade de vendas brasileiras ao bloco sul-americano em comparação aos demais países e grupo selecionados.

Percebe-se, na série analisada pelo Gráfico 02, que a representatividade de vendas nacionais ao MERCOSUL registrou seu limite inferior, quando comparada aos demais países indicados, em 2002. No referido ano, enquanto o Brasil exportou para o grupo sul-americano cerca de US\$3,32 bilhões, as vendas efetivadas aos países do BRICS, do NAFTA e da UE, na devida ordem, foram próximas de US\$4,90 bilhões (47,81% acima do comércio Brasil-MERCOSUL), US\$18,50 bilhões

³⁵ Enquanto exportou-se US\$7,74 bilhões para o MERCOSUL no ano de 2000, para o NAFTA e UE, respectivamente, os valores foram de US\$15,47 bilhões e US\$15,3701 bilhões (ALICEWEB, 2014a).

(457,64% acima do comércio Brasil-MERCOSUL) e US\$15,64 bilhões (371,22% acima do comércio Brasil-MERCOSUL) (ALICEWEB, 2014a).

Posteriormente ao ano de 2002 seguiu-se um período de retomada das negociações nacionais com o MERCOSUL, bem como um crescimento contínuo dos fluxos comerciais junto aos demais grupos e países constantes no Gráfico 02. Contudo, é notória a evolução registrada especificamente com as economias do BRICS: em 2008 exportaram-se do Brasil cerca de US\$24,03 bilhões às referidas nações emergentes (10,56% a mais do que para o MERCOSUL em tal ano), sendo que, em 2013, exportaram-se em torno de US\$53,97 bilhões (82,73% a mais do que para o MERCOSUL no período) – em suma, o comércio Brasil-MERCOSUL, de 2000 a 2013, cresceu aproximadamente 281,59%, ao passo que o comércio Brasil-BRICS, 2.561,15% (ALICEWEB, 2014a).

Relevantes também têm sido os fluxos brasileiros com a UE. Como apresentado no Gráfico 02, entre os anos de 2000 a 2006, as relações Brasil-NAFTA e Brasil-UE mostravam-se próximas, no entanto, a partir de 2007, as trocas com os países europeus acentuaram-se e foram superiores às vendas Brasil-MERCOSUL em 114,35% em 2008³⁶, e 61,76% em 2013³⁷ – nos mesmos anos, os níveis comerciais Brasil-NAFTA também superaram os registrados junto ao MERCOSUL, mas em menor escala: 54,44% em 2008³⁸, e 6,95% em 2013³⁹ (ALICEWEB, 2014a).

Baumann (2011) pondera que, no início da década de 2000, um incremento generalizado foi percebido entre as nações a respeito dos números de comércio internacional, junto a uma maior diversificação geográfica em tais transações. Nesse sentido, é razoável considerar, a partir do Gráfico 02, a ocorrência de uma dispersão das exportações brasileiras, que passaram a operar em uma escala de critério global, em vez de atuarem com foco regional na América do Sul.

Avalia-se o comércio intra MERCOSUL em diferentes formas, de acordo com as dimensões econômicas dos membros integrados. Países de menor expressão, como Paraguai e Uruguai, bem como Venezuela, são mais dependentes das trocas

³⁶ US\$46,59 bilhões foram exportados em 2008 para a UE (ALICEWEB, 2014a).

³⁷ US\$47,77 bilhões foram exportados em 2013 para a UE (ALICEWEB, 2014a).

³⁸ US\$33,57 bilhões foram exportados em 2008 para o NAFTA (ALICEWEB, 2014a).

³⁹ US\$31,59 bilhões foram exportados em 2013 para o NAFTA (ALICEWEB, 2014a).

regionais, fazendo com que as relações no âmbito do MERCOSUL sejam, assim, de suma relevância (BAUMANN, 2011). A dependência recaída sobre essas nações citadas as torna sujeitas, sobretudo, à economia brasileira, notadamente a de maior expressão na América do Sul, mas para qual o MERCOSUL não representa uma zona tão relevante, muito em face das relações brasileiras com outras regiões (vide Gráfico 02) (FERRERES, 2012).

No que tange à complementaridade produtiva em meio ao MERCOSUL, ressalta-se quanto aos baixos índices de interação entre os setores industriais do grupo, visto que parte considerável dos fluxos intrabloco é baseada em produtos primários, como cereais, soja, petróleo e seus derivados (BARRAL, 2013). Apesar da reduzida complementaridade produtiva na zona, as exportações brasileiras aos demais membros são compostas por considerável parcela de produtos manufaturados, como os de conteúdo tecnológico médio, sendo enfatizados o setor automotivo e as indústrias de processos e de engenharia (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012).

Maldaner (2010) e Almeida (2011a), em abordagens sobre a pauta de comércio brasileiro com o MERCOSUL, ressaltam que cerca de 90,00% dos bens inserem-se no quadro dos manufaturados, em especial pertencendo ao setor automotivo. O argumento de que as exportações do Brasil ao MERCOSUL são preponderantemente compostas por bens industrializados, sustenta-se pelo seguinte histórico⁴⁰: em 2008, as exportações de manufaturados responderam por cerca de 92,02% do total com o grupo, variando, de 2009 até 2013, respectivamente, em parcelas próximas de 94,04%, 90,98%, 89,89%, 90,19% e 90,45% (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014).

Apesar do relevante fato de o Brasil destinar a maior parte de suas vendas para o MERCOSUL em produtos manufaturados, a existência de entraves e adversidades ao desenvolvimento do bloco é questão a ser destacada, uma vez que acaba por ofuscar tal ponto positivo.

⁴⁰ Igual histórico, porém em termos monetários, evidencia que em 2008 o Brasil exportou cerca de US\$20,00 bilhões de bens manufaturados aos parceiros do MERCOSUL, ao passo que exportou, aproximadamente, US\$14,89 bilhões em 2009, US\$20,56 bilhões em 2010, US\$25,04 bilhões em 2011, US\$20,56 bilhões em 2012 e US\$22,33 bilhões em 2013 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014).

Inicialmente, pondera-se quanto ao desafio de uma concreta integração regional através de participantes com notáveis divergências. Vigevani *et al.* (2008) salientam que os membros do MERCOSUL apresentam sérias assimetrias entre si, a exemplo dos diferentes portes econômicos e dos níveis de industrialização. Consoante Thorstensen (1992) e Batista (1994), já nos primeiros anos de vida do MERCOSUL, ponderava-se o fato de o Brasil não poder limitar suas estratégias de desenvolvimento econômico unicamente a tal acordo, já que seus demais associados não ofereciam dimensões de mercados suficientes para o produto brasileiro, nem seriam capazes de fornecer aportes em tecnologia ou capital, elementos básicos ao avanço da nação.

Crucial também é o fato de o MERCOSUL ter se tornado um bloco com interesses voltados fortemente ao campo político, em vez de objetivar a retomada comercial e econômica entre seus integrantes. Neste sentido, Ferreres (2012) avalia que o ingresso efetivo da Venezuela ao grupo, por exemplo, possui amplos fins de convergência política regional⁴¹. Não obstante, cabe ressaltar que o país trata-se de forte importador de bens manufaturados, o que pode favorecer a economia brasileira, e ampliar a pauta de comércio Brasil-Venezuela (CANO, 2002).

Da mesma forma, Diz (2012) considera este episódio como tortuoso não somente por adicionar ao MERCOSUL uma nação que em pouco contribuirá comercial e economicamente, mas também por tal inclusão ter ocorrido em violação aos direitos e procedimentos firmados no Tratado de Assunção.

De igual importância, as instabilidades macroeconômicas dos países do MERCOSUL confirmam-se como precárias fragilidades, já que, por ocasião de eventos externos, o comércio intrabloco pode rapidamente ser prejudicado em função de crises ou medidas de austeridade. Como demonstra o Gráfico 02, anteriormente apresentado, no início da década de 2000, os fluxos comerciais brasileiros com o MERCOSUL tiveram reduções expressivas, muito em face de dificuldades locais e exteriores ao grupo (VIGEVANI ET AL., 2008; ALMEIDA, 2011b).

⁴¹ Para Barbosa (2008) o ingresso da Venezuela ou qualquer outro país ao bloco, pela dificuldade das implicações institucionais e pelas negociações com outros países, teria que passar por uma exame imparcial, abandonando aspectos políticos ou ideológicos.

Segundo Ruffinelli (2013), além de decisões que conduzam ao alinhamento das diretrizes macroeconômicas regionais, aos membros do MERCOSUL falta o cumprimento de disposições inicialmente pactuadas no princípio da integração, principalmente quanto ao livre fluxo de bens dentro da zona, fator que em muito pesa para o aumento ou diminuição de comércio intrabloco. O mesmo autor reforça que o acordo somente será plausível quando seus membros respeitarem os textos que regem o funcionamento do grupo.

Mesmo que indiretamente, os tópicos até então abordados afetam os resultados do Brasil junto ao MERCOSUL, seja pela diminuição imediata de comércio intrabloco, seja pela falta de perspectiva em relação ao futuro da integração ou pelas instabilidades internas que o grupo enfrenta. No entanto, é cabível pontuar aspectos que diretamente afetam a economia brasileira, a exemplo de retrocessos comerciais junto ao principal parceiro do Brasil na região.

As relações entre Brasil e Argentina acabaram dando início ao MERCOSUL, porém, atualmente, o que se percebe é um comércio entre ambos prejudicado por decisões governamentais que tendem a agravar a liberalização comercial intrazona. Barral (2013), ao tratar o tema, comenta que, em 2010, mais de sessenta medidas restritivas ao comércio vigoravam no grupo sul-americano, sendo, em sua maioria, aplicadas pela Argentina a produtos brasileiros, envolvendo os segmentos têxteis, de papéis, de materiais para construção e de metais.

Miyamoto (2011), trazendo sua contribuição, aborda quanto a um histórico envolvendo o estabelecimento de quotas para a importação de produtos brasileiros na Argentina, como para o setor automotivo – uma das escassas cadeias produtivas harmonizadas do acordo. Mais recentemente, verificaram-se dificultadas as exportações brasileiras para a Argentina de uma série de itens, como autopeças, brinquedos, calçados, motocicletas, pneus para bicicletas e automóveis e produtos metalúrgicos, prejudicando sobremaneira os fluxos de comércio e as organizações empresariais, isso pelo acúmulo de estoques e pela elevação de custos administrativos (BARRAL, 2013; CAPARROZ, 2012).

Em suma, o eixo Brasil-Argentina, essencial à continuidade do MERCOSUL, visto tratar-se das principais economias do bloco e motivo principal para a sua

própria constituição, enfrenta distorções desde o início da década passada. Almeida (2011a) considera que a orientação protecionista e defensiva das políticas argentinas⁴², nos campos comercial e econômico, fragilizaram o grupo na busca de seus objetivos primordiais, como a liberalização da economia e dos fluxos de produtos dentro da zona.

Aos fatores já abordados, soma-se que o protecionismo, além de gerar retaliações mútuas entre os integrantes do MERCOSUL, prejudiciais ao comércio como um todo, acaba por afugentar possíveis investimentos externos nos países do bloco, observada também a crônica instabilidade política da área⁴³ (BARRAL, 2013).

Por fim, avalia-se que para um membro do MERCOSUL firmar um diferente acordo comercial com uma nação externa ao bloco, os demais participantes do grupo necessitam aprovar tal negociação, o que pode comprometer novas parcerias econômicas e desfavorecer o desenvolvimento dos países sul-americanos, em função da morosidade instalada no seio do MERCOSUL e das visões políticas que atualmente o regem (MALDANER, 2010).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MERCOSUL tomou forma em um período de globalização das relações entre os países. A proliferação de blocos econômicos e as demais propostas de integração regional, à época, passaram a ser novas estratégias para o crescimento das nações. Assim, a criação do grupo tratou-se de um movimento natural frente às tendências multilaterais do momento.

O princípio da integração mostrou-se positivo, refletindo em crescentes fluxos de comércio intrazona. No entanto, a partir do final da década de 1990, essa realidade se modificou. Devido à fragilidade de suas economias integrantes, as crises locais e externas impactaram negativamente no desenvolvimento do

⁴² A exemplo da aplicação de licenças não automáticas de importação, que implicam em demora adicional à efetivação das exportações brasileiras, e prejudicam, inclusive, setores industriais de elevada integração produtiva entre ambos países, como o ramo automotivo (BARRAL, 2013).

⁴³ Instabilidades atuais como as de Paraguai e Venezuela que, mesmo não sendo extensivas ao Brasil, podem, mesmo assim, atuar negativamente no desenvolvimento de médio e longo prazos da região, afastando possíveis investimentos externos no MERCOSUL.

MERCOSUL após o período mencionado, resultando em diminuição acentuada de comércio intragrupo e na aplicação de medidas protecionistas ao seu próprio fluxo interno de bens.

Notadamente, o principal membro do acordo, o Brasil, sofre com fatores restritivos ao comércio com seus países vizinhos, sobretudo com a Argentina, que constantemente reforça políticas de contingência para suas importações. Essas ações prejudicam seriamente a economia brasileira, que direciona à Argentina considerável volume de produtos manufaturados. Não obstante, o MERCOSUL também figura como limitador da economia brasileira no sentido de esta promover novos tratados bilaterais de comércio com outros países, visto que, para uma parceria nesse sentido poder ocorrer, todos os membros da proposta precisam acatar e concordar com as negociações pretendidas, o que se configura como um preocupante entrave, consideradas as posições regionalistas e protecionistas dos demais integrantes.

Posteriormente ao início da década de 2000, verificou-se uma singular projeção brasileira no cenário externo. O país, desde então, tem se mostrado cada vez menos dependente das transações locais com o bloco sul-americano, pois em muito reforçou suas negociações com as economias europeias e asiáticas, por exemplo. O que se percebe, de fato, é que a participação relativa das exportações brasileiras para o MERCOSUL, ante o total exportado pelo país, possui menor expressão ano após ano e estando atualmente desvirtuado de seus princípios, o grupo demonstra ser um bloco mais político que econômico – tal questão tornou-se clara quando a Venezuela foi adicionada à proposta, país cuja adesão teve forte cunho político e ideológico. A debilidade institucional do MERCOSUL é clara, e compromete sua credibilidade e continuidade.

Em função das evidências expostas, como a reduzida importância que o MERCOSUL tem para o Brasil, bem como as dificuldades que o bloco traz ao país e a falta de perspectiva de que um cenário positivo volte a emergir, os autores deste artigo consideram que o problema de pesquisa proposto foi respondido, não sendo, portanto, impreterível a continuidade da participação da economia brasileira no mencionado grupo. O que se sugere, contudo, não é a dissolução do MERCOSUL

nem a saída do Brasil do mesmo, e sim a alteração quanto ao nível dessa integração, pois, considerando os esforços já empreendidos e as estruturas estabelecidas, o fim do grupo implicaria retrocessos econômicos e políticos para a América do Sul em geral. Atualmente, o acordo enquadra-se como uma união aduaneira, mesmo que imperfeita, porém recomenda-se a constituição de uma área de livre-comércio entre seus integrantes, o que flexibilizaria a formação de novas parcerias em um âmbito bilateral de comércio.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que os objetivos indicados foram atendidos. Foram evidenciadas as propostas de integração em meio ao contexto latino-americano, como ALALC, MCCA, CARICOM e ALADI, bem como contextualizado o MERCOSUL, seja em seu princípio como em sua fase atual, expondo sua formação, seus avanços e retrocessos, além de suas tentativas de parcerias extrazona. Também foram expostas as relações que o Brasil possui com o bloco, através de dados de comércio, de questões envolvendo as negociações intrabloco e do posicionamento brasileiro perante o grupo.

Espera-se que este artigo possa contribuir no que diz respeito ao entendimento do MERCOSUL e sua relação com a economia brasileira, embora sem qualquer intenção – e mesmo possibilidade – de esgotar o tema abordado em função de sua densidade e, ao mesmo tempo, relevância e urgência.

Em um cenário atualmente marcado pela bilateralidade, o MERCOSUL acaba por desfavorecer o Brasil. É necessário um novo posicionamento da economia brasileira em relação ao grupo que integra, pautado em interesses econômicos, haja vista as oportunidades que o país deixa de desenvolver por estar limitado no que tange a formar diferentes acordos comerciais. Dessa forma, análises de quais parcerias bilaterais o Brasil poderia desenvolver e quais pontos necessitariam de inadiável alteração para que o MERCOSUL volte a apresentar melhores resultados configuram-se como relevantes estudos a serem concretizados pela pesquisa acadêmica, em face da importância que esses tópicos representam para a economia nacional.

O Brasil, apesar de já há duas décadas ter iniciado mais fortemente suas políticas de integração econômica, ainda possui uma extensa agenda a cumprir, seja

no âmbito regional, através do progresso junto a seus países vizinhos, com a eliminação de barreiras ainda existentes, ou no sentido de aumentar suas parcerias extrazona, diversificando e ampliando as possibilidades de comércio e desenvolvimento, acompanhando os atuais movimentos da economia internacional.

ABSTRACT

The main objective of the article is to approach the MERCOSUR (Common South Market) economical situation and the group performance within the Brazilian economic context. It is questioned if becomes indispensable the Brazil's participation on the south-american group, since that nowadays the MERCOSUR lies far away of principles that guided its own creation. In its unfolding, the study comprehends bibliographic reviews involving the regional integration theme, with analysis on Latin America, focusing the MERCOSUR and its relation with the Brazilian economy. As the methodology, it follows the descriptive research, regarding the objectives, and the bibliographical research and case study, regarding the technical procedures. Concerning to the results, it is assessed that the Brazilian participation on MERCOSUR, only considered economic issues, is not unavoidable as it was before.

Keywords: Regional economic integration. MERCOSUR. Brazilian economy.

NOTAS

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNISINOS; Graduado no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pela Universidade Feevale/RS; Técnico em Comércio Exterior pela Fundação Evangélica-IENH/RS.

² Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pela Universidade Feevale/RS; Técnico em Comércio Exterior pela Fundação Evangélica-IENH/RS.

³ Advogada. Docente das disciplinas de Núcleo de Prática Jurídica, Monografia I, Comunicação Empresarial e Português I na Universidade Feevale/RS.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. M. Regimes internacionais e o regionalismo aberto da CEPAL. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 2, no. 3, p. 9-35, jun. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/5028/5121>>. Acesso em 30 mar. 2014.
- ALICEWEB. *Consultas – Exportação 1989 – 1996 NBM 10 dígitos*. [S.l.]: AliceWeb, 2013a. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-nbm/index/type/exportacaoNbm>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- _____. *Consultas – Exportação 1997 – 2014 NCM 8 dígitos*. [S.l.]: AliceWeb, 2014a. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- _____. *Consultas – Importação 1989 – 1996 NBM 10 dígitos*. [S.l.]: AliceWeb, 2013b. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-nbm/index/type/importacaoNbm>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- _____. *Consultas – Importação 1997 – 2014 NCM 8 dígitos*. [S.l.]: AliceWeb, 2014b. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- _____. *Tabelas Auxiliares*. [S.l.]: AliceWeb, 2014c. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br//tabelas-auxiliares>>. Acesso em: 14 fev. 2014.
- ALMEIDA, P. de R. História do Mercosul: origens e desenvolvimento. *Espaço da Sophia*, Tomazina, Ano V, no. 43, p. 63-79, jul./set. 2011a. Disponível em: <<http://www.espacodasophia.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-43.html>>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- _____. História do Mercosul (2): crise e perspectivas no século XXI. *Espaço da Sophia*, Tomazina, Ano IV, no. 44, p. 143-170, out./dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.espacodasophia.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-44.html>>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- AMARAL JÚNIOR, A. do. *OMC e o comércio internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- BALASSA, B. *Teoria da integração económica*. Lisboa: Clássica, 1964.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Informe MERCOSUL Nº 17*. Buenos Aires: BID-INTAL, 2012. Disponível em:

<<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37340144>>. Acesso em: 23 out. 2013.

BARBOSA, R. A. A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. *Interesse Nacional*, São Paulo, v. 01, no. 01, p. 11-21, abr./jun. 2008.

_____. *MERCOSUL quinze anos*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa do Estado de São Paulo, 2007.

_____. O Brasil e o Mercosul em face da nova geografia econômica internacional. *São Paulo Em Perspectiva*, São Paulo, v. 09, no. 01, p. 03-14, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n01/v09n01_01.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. Liberalização do comércio, integração regional e Mercado Comum do Sul: o papel do Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 13, no. 01 (49), p. 64-81, jan./mar. 1993. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/49-5.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

BARRAL, W. O Mercosul e sua maioria. *PONTES*, Genebra, v. 09, no. 03, p. 04-07, abr. 2013. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/pontes/pontes9-3.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

BATISTA, P. N. O Mercosul e os interesses do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 08, no. 21, p. 79-95, mai./ago. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/06.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

BAUMANN, R. *O Mercosul aos vinte anos: uma avaliação econômica*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1627.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

BRAGA, M. B. *Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL*. [S.l.]: ANPEC, [2002]. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. *Invest – International Partnerships – Mercosur*. [S.l.]: BRASIL, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/para/invest/international-partnerships/mercosul/>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

CANO, W. Venezuela: limites para uma nova política econômica. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, no. 1 (18), p. 95-127, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=537&tp=a>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

CAPARROZ, R. *Comércio internacional esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARBAUGH, R. J. *Economia internacional*. São Paulo: Thomson, 2004.

CERVO, A. L. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIZ, J. B. M. A adesão da Venezuela ao Mercosul e a suspensão do Paraguai: considerações sobre um “pragmatismo” político burlesco. *PONTES*, Genebra, v. 08, no. 05, p. 04-06, ago. 2012. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/pontes/pontes8-5.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

FERRERES, O. Mercosul: todos os benefícios para o Brasil. *PONTES*, Genebra, v. 08, no. 05, p. 04-06, ago. 2012. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/pontes/pontes8-5.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

FRANCESCHINI, L. F. (Org.); BARRAL, W (Org.). *Direito internacional e integração econômica regional*. Curitiba: Juruá, 2001.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KEGEL, P. L.; AMAL, M. Perspectivas das negociações entre o Mercosul e a União Europeia em um contexto de paralisia do sistema multilateral e da nova geografia econômica global. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, no. 02, p. 341-359, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/131-9.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

MALDANER, L. F. *MERCOSUR – Advantages and disadvantages from the Brazilian perspective*. [S.l.]: AJLAS, 2010. Disponível em: <<http://www.ajlas.org/v2006/paper/2010vol23no102.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MANZETTI, L. The political economy of Mercosur. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 35, no. 04, p. 101-141, Winter 1993-1994. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/165956>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MENEZES, A. da M.; PENNA FILHO, P. *Integração regional: blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MERCOSUL. *Tratado de Assunção*. [Assunção]: MERCOSUL, [1991]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Exportação brasileira – Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – Totais por fator*

agregado. Brasília: MDIC, 2014. Disponível em
<http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1395150236.doc>. Acesso em 01 abr. 2014.

MIYAMOTO, S. *As grandes linhas da política externa brasileira*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1563.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

MOREIRA, C. S. A integração regional como resposta ao processo de globalização. *Gestão contemporânea*, Porto Alegre, ano 7, no. 7, p. 215-243, jan./jun. 2010. Disponível em <<http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/download/56/26>>. Acesso em 02 abr. 2014.

PAIVA, D. L. de; BRAGA, M. B. Integração econômica regional e desenvolvimento econômico: reflexões sobre a experiência latino-americana. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano IX, n. 16, p. 61-71, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ppdru.unifacs.br/Revistas/revistaspdfzip/RDE16.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-bookMetodologiado0TrabalhoCientifico.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

REZENDE, F. (Org.); OLIVEIRA, F. A. de (Org.). *Federalismo e integração econômica regional: desafios para o Mercosul*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2004.

RUFFINELLI, J. A. M. Mercosul: o(s) significado(s) do bloco. *PONTES*, Genebra, v. 09, no. 03, p. 04-07, abr. 2013. Disponível em:
<<http://ictsd.org/downloads/pontes/pontes9-3.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

TEIXEIRA, R. A.; DESIDERÁ NETO, W. A. *A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano*. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1790.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2013.

THORSTENSEN, V.; PEREIRA, L. C. B. Do Mercosul à integração americana. *Política Externa*, [S.I.], v. 01, no. 03, p. 122-145, dez. 1992.

VAILLANT, M. Brasil e seus três vizinhos do Sul. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, no. 107, p. 25-27, abr./jun. 2011.

VIGEVANI, T. et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S.I.],

v. 51, no. 01, p. 05-27, jan./jun. 2008. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/pdf/358/35811693001.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2013.